

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Pregão nº 2672019

Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de quadriciclos para atender o Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA, conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas.

Data de abertura inicial: 27/08/2019 09:00 (horário de Brasília)

Para ver os itens do grupo clique em Visualizar Itens, ao lado do nome do Grupo.

Item: 1 - TABELA E CALIBRE COMBINADO PARA MACHO

Tratamento Diferenciado: -

Fornecedor: 08.980.495/0001-74 - MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA

Anexo/Planilha

HABILITAÇÃO - PE-267-2019.zip

PROPOSTA - 267-2019.zip

Enviado em:

29/08/2019 12:55

27/08/2019 12:02

Fechar



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.980.495/0001-74
Razão Social: MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA
Nome Fantasia: MASTTER MOTO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/03/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital Validade: 12/06/2012 (*)

Receita Municipal Validade: 12/06/2012 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação

FICHA TÉCNICA – TRX 420 FOURTRAX

- MOTOR:

Tipo: OHV, monocilíndrico, 4 tempos, refrigeração líquida

Cilindrada: 420 cc

Potência Máxima: 26,9 cv a 6.250 rpm

Torque Máximo: 3,4 kgf.m a 5.000 rpm

Transmissão: 5 velocidades + Ré

Sistema de Partida: Elétrico

Diâmetro x Curso: 86,5 x 71,5 mm

Relação de Compressão: 9,9:1

Sistema Alimentação: Injeção Eletrônica PGM-FI

Combustível: Gasolina

- SISTEMA ELÉTRICO:

Ignição: Eletrônica

Bateria: 12V - 12 Ah

Farol: 35 / 35W (2x)

- CAPACIDADE:

Tanque de Combustível: 14,4 litros

Óleo do Motor: 3,3 litros

- DIMENSÕES:

Comprimento x Largura x Altura: 2103 x 1205 x 1174 mm

Distância entre eixos: 1268 mm

Distância mínima do solo: 183 mm

Altura do assento: 856 mm

Peso Seco: 265 kg

- CHASSI:

Tipo: Berço duplo

Suspensão Dianteira/Curso: Tipo Bifurcação dupla / 170 mm

Suspensão Traseira/Curso: Tipo "Trailing" / 170 mm

Freio Dianteiro/Diâmetro: A disco / 190 mm

Freio Traseiro/Diâmetro: A tambor / 160mm

Pneu Dianteiro: AT 24 X 8 - 12 (sem câmara)

Pneu Traseiro: AT 24 X 10 - 11 (sem câmara)

HONDA
The Power of Dreams

QUEM DISSE QUE TRABALHO E DIVERSÃO NÃO COMBINAM?

TRX 420 FourTrax.

Sem limites em qualquer terreno.



VERSÕES 4X4 E 4X2

Tecnologia Honda que faz toda a diferença:

- **ASSENTO MAIS CONFORTÁVEL**
Formato triangular mais ergonômico. A espuma macia e a suspensão trazem mais conforto para a pilotagem.
- **CHASSI MAIS FORTE E ROBUSTO**
Minimiza a transferência de impacto ao piloto, resultando em uma condução mais suave e confortável.
- **PAINEL DIGITAL (NA VERSÃO 4X4)**
Visor compacto, de fácil visualização e repleto de informações.
- **NOVAS CARENAGENS**
Proporcionam maior facilidade de substituição e baixo custo.
- **FARÓIS MAIS POTENTES**
Proporcionam melhor visibilidade.
- **DESIGN**
Visual moderno. Mais forte, robusto e resistente. Disponível nas cores vermelha e verde.
- **MOTOR**
Motor de 420 cc com maior torque, que permite transpor os terrenos mais difíceis com mais facilidade.
- **VERSATILIDADE**
FourTrax, nas versões 4X2 e 4X4, é ideal para facilitar as mais diversas tarefas, seja no trabalho ou lazer.



PROTEÇÃO
DO MEIO AMBIENTE
DE CARIACÁ
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL





Master Moto Com. de Veículos e Motos Ltda
Av. Amazonas nº 3650 – CNPJ-08.980.495/0001-74
CEP 76820-340. Porto Velho – RO
Fone/Fax: (69) 3219.9999
www.mastermoto.com.br

Ao
Poder Executivo – Governo do Estado de Rondônia
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia-IDARON
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ALFA/SUPEL/RO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°: 267/2019/ALFA/SUPEL/RO
Departamento Estadual de Trânsito
(Processo n.º 0015.193609/2019-72)

Prezados Senhores:

A MASTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF-08.980.495/0001-74, inscrição Estadual número -1690663, estabelecida na cidade de Porto Velho-RO.
Ao tempo apresentamos nossa proposta comercial para os item 01, em conformidade com o edital e seus anexos.

OBJETO: Aquisição de quadriciclos para atender o Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA, conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas.

Valor total do item 01: R\$131.920,00 (cento trinta e um mil novecentos vinte reais)

Ite m	Especificação	MARCA/ MODELO	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	QUADRICICLO TRACÇÃO 4X4: veículo "0" (zero) Km, ano e modelo 2019; na cor verde; farol dianteiro com intensidade de luz de no mínimo 35 watts, lanternas traseiras e luz de freio; painel digital com velocímetro, hodômetro, horímetro, interruptor (L/D), comutador de farol (A/B) e indicadores de marchas; capacidade de transporte de 01 (uma) pessoa; motor de ciclo 04 (quatro) tempos e com capacidade cúbica mínima de 400 cc (quatrocentas cilindradas); potência máxima de 26,5 cv a 6.250 rpm ou superior; torque não inferior a 3kgf.m a 5.000 rpm; sistema de alimentação tipo injeção eletrônica; combustível gasolina; sistema de	HONDA/ QUADRI CICLO	4	R\$32.980,00	R\$131.920,00



Mastter Moto Com. de Veículos e Motos Ltda
Av. Amazonas nº 3650 – CNPJ-08.980.495/0001-74
CEP 76820-340. Porto Velho – RO
Fone/Fax: (69) 3219.9999
www.masttermoto.com.br

arrefecimento à água; quadro em berço duplo; transmissão final eixo cardan, câmbio com cinco marchas, mais a ré; tração selecionável para os modos: 4x2 e 4x4; freio dianteiro à disco e freio traseiro à tambor ou a disco; controle de diferencial; pneus dianteiros AT24 x 8 - 12 (sem câmara) ou originais do fabricante; pneus traseiros 24 x 10-11 (sem câmara) ou originais do fabricante; para-lamas em todas as rodas; direção mecânica por guidão convencional; bateria voltagem/ampere de, no mínimo, 12 V - 12 Ah selada; sistema de partida elétrica; capacidade do tanque de combustível de, no mínimo, 13 (treze) litros; bagageiro dianteiro com capacidade de carga, de no mínimo, 30kg e bagageiro traseiro com capacidade de carga, de no mínimo, 60kg; capacidade de carga total de, no mínimo, 220kg; engate traseiro modelo "BOLA" padrão homologado pelo CONTRAN, sem o sistema de tomada elétrica para conexão de reboque, kit de ferramentas compatível com o veículo. Manual em português. Garantia - mínima de fabricação de 6 (seis) meses. Assistência técnica comprovada no Estado de Rondônia.	2019/2019		
FICHA TÉCNICA: MOTOR: Tipo: OHV, monocilíndrico, 4 tempos, refrigeração líquida Cilindrada: 420 cc Potência Máxima: 26,9 cv a 6.250 rpm Torque Máximo: 3,4 kgf.m a 5.000 rpm Transmissão: 5 velocidades + Ré Sistema de Partida: Elétrico Diâmetro x Curso: 86,5 x 71,5 mm Relação de Compressão: 9,9:1 Sistema Alimentação: Injeção Eletrônica PGM-FI Combustível: Gasolina - SISTEMA ELÉTRICO: Ignição: Eletrônica Bateria: 12V - 12 Ah Farol: 35 / 35W (2x) - CAPACIDADE: Tanque de Combustível: 14,4 litros Óleo do Motor: 3,3 litros - DIMENSÕES: Comprimento x Largura x Altura: 2103 x 1205 x 1174 mm Distância entre eixos: 1268 mm Distância mínima do solo: 183 mm Altura do assento: 856 mm Peso Seco: 265 kg - CHASSI: Tipo: Berço duplo Suspensão Dianteira/Curso: Tipo Bifurcação dupla / 170 mm Suspensão Traseira/Curso: Tipo "Trailing" / 170 mm Freio Dianteiro/Diâmetro: A disco / 190 mm Freio Traseiro/Diâmetro: A tambor / 160mm Pneu Dianteiro: AT 24 X 8 - 12 (sem câmara) Pneu Traseiro: AT 24 X 10 - 11 (sem câmara)			

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos, em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.



Mastter Moto Com. de Veículos e Motos Ltda
Av. Amazonas nº 3650 – CNPJ-08.980.495/0001-74
CEP 76820-340, Porto Velho – RO
Fone/Fax: (69) 3219.9999
www.masttermoto.com.br

Rede assistência técnica e garantia no estado de Rondônia:

MASTTER MOTO - SÃO CRISTOVÃO

End.: RUA AMAZONAS, 3650 SÃO CRISTOVÃO - PORTO VELHO / RO - Tel.: (69) 3219-9999 | Fax: (69) 3219-9999

Site: <http://www.masttermoto.com.br>

RONDO MOTOS - SETOR 03

End.: RUA FORTALEZA, 2052 SETOR 03 - ARIQUEMES / RO - Tel.: (69) 3516-7000 | Fax: (69) 3516-7000

Site: <http://www.rondomotos.com.br/novo/index.php>

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

PRAZO DE ENTREGA: até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho/contrato.

LOCAL/HORÁRIO DE ENTREGA: A entrega dos bens com os correspondentes Termos ou Certificados de Garantia, emitidos pelo respectivo fabricante ou representante legal, deverão ser entregues no Almoarifado da Agência IDARON, localizado à BR 364, Km 07, nº 9280 C, Bairro Aeroclube, município de Porto Velho/RO, de segunda à sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min, no prazo de até 30 (trinta) dias, tendo como termo inicial a data da última assinatura no instrumento contratual.

6.2. Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos bens, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.



Mastter Moto Com. de Veículos e Motos Ltda
Av. Amazonas nº 3650 – CNPJ 08.980.495/0001-74
CEP 76820-340, Porto Velho – RO
Fone/Fax: (69) 3219.9999
www.masttermoto.com.br

Contatos:

69-98439-2878 – Rogério Catosso - Gerente Geral

69-99331-0829 – Anderson Freitas – Supervisor de vendas

Edmilson Cesar de Oliveira Matos

CPF-698.691.701-53

RG-13137794-SSP/MT

Representante legal



Ji-Paraná, RO, 26 de Agosto de 2019

De: Cometa Ji-Paraná Motos Ltda

Cometa Motocenter

Av Transcontinental, 520 – Vila Jotão

CEP 76.914-878 – Ji-Paraná-RO

Fone: (69) 2183-5000

Email: cometajp@viacometa.com.br

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos para os devidos fins legais, que a empresa MASTTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, CNPJ: 08.980.495/0001-74 situada no Endereço: Avenida Amazonas, 3650 Bairro Agenor de Carvalho, Cidade: Porto Velho/RO CEP: 76.914-878. Que esta qualificada, forneceu os materiais conforme abaixo, possui capacidade técnica sendo que a mesma é fornecedora de quadriculos Honda, sendo cumpridora dos prazos estabelecidos e garantia dos mesmo conforme seu manual de assistência e garantia.

Informamos ainda que não consta em nossos registros nada que desabone sua conduta com referencia a qualidade a marca especificações do produto, quantidades e prazos de entrega.

Empresa: COMETA JI PARANÁ MOTOS LTDA

CNPJ: 04.926.895/0001-40

Insc. Estadual: 0000000004139-4

Endereço: Avenida Transcontinental nº 520 Bairro: Vila Jotão

Cidade: Ji-Paraná/RO CEP: 76.914-878

Segue dados da compra:

01 QUADRICICLO FOURTRAX 4X4 CHASSI: 9C2TE4300KR002898 NOTA FISCAL 135.511

Sendo para o momento, é o que temos à certificar.

Att



Jorge A. Valéri
Gerente Geral

04.926.895/0001-40

Cometa Ji-Paraná Motos Ltda

Av. Transcontinental, 520

Vila Jotão CEP 76.914-878

Ji-Paraná





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 08.980.495/0001-74

Certidão nº: 181456384/2019

Expedição: 27/08/2019, às 10:27:16

Validade: 22/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.980.495/0001-74**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.980.495/0001-74 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/08/2007	
NOME EMPRESARIAL MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MASTTER MOTO				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.41-2-06 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO AV AMAZONAS		NÚMERO 3650		COMPLEMENTO	
CEP 76.820-340	BAIRRO/DISTRITO AGENOR MARTINS DE CARVALHO		MUNICÍPIO PORTO VELHO		UF RO
ENDEREÇO ELETRÔNICO legal@iguacucontabilidade.com.br		TELEFONE (69) 3221-1736			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/08/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

provado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

emitido no dia 27/08/2019 às 10:21:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

NPJ: 08.980.495/0001-74
OME EMPRESARIAL: MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS
LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões, duzentos mil reais)

Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LANDER ADRIEN VIEIRA DE MATOS OLIVEIRA
Qualificação:	22-Sócio
Nome/Nome Empresarial:	SIDNEI RODRIGUES DE MATOS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

emitido no dia 27/08/2019 às 10:22 (data e hora de Brasília).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

Autos 0801893-91.2016.8.12.0011 - Recuperação Judicial
Autor: Mastter Moto Comércio de Veículos e Motos Ltda. e outras

DECISÃO

Relatório

1. Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por Mastter Moto Comércio de Motocicletas Ltda. e outras, em que este juízo, por ocasião da decisão de p. 1.388/1.395, excluiu do polo ativo da ação as empresas Mastter Moto Comércio de Motocicletas Ltda. (matriz Ponta Grossa/PR, CNPJ 10.494.496/0001-50) e Auto Posto Cristo Rei III Ltda. (CNPJ 02.856.114/0001-63), assim como os empresários Sidnei Rodrigues de Matos e Lander Adrien Vieira de Matos Oliveira, reconhecendo, todavia, a possibilidade do litisconsórcio ativo das empresas restantes, ante a caracterização de grupo econômico.

Foi determinada, ainda, a intimação das requerentes para que emendassem a inicial, de forma a regularizar as pendências identificadas no item "7.3" da citada decisão.

No intuito de dar cumprimento ao referido *decisum*, as demandantes juntaram os documentos de p. 1.402/1.648 e 1.678/1.679 e, ainda, informaram sua resignação quanto à exclusão das pessoas físicas do polo ativo do feito e o desinteresse na recuperação judicial da empresa Lander A V de Matos Oliveira Transportes, comunicando, todavia, a interposição de agravo de instrumento contra a decisão de p. 1.388/1.395 no que diz respeito à exclusão das empresas Mastter Moto Ponta Grossa/PR e Auto Posto Cristo Rei III do polo ativo.

Em manifestação acostada às p. 1.700/1.719, a empresa Real Brasil Consultoria apresentou relatório complementar de inspeção técnica.

No entanto, verificou-se novamente a omissão das requerentes no atendimento dos requisitos materiais e processuais necessários à análise do pedido de processamento da recuperação judicial, o que levou este juízo a determinar, às



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

p. 1.720/1.724, nova a emenda à inicial, sem prejuízo do deferimento do requerimento de tutela de urgência referente à Moto Honda da Amazônia Ltda.

A petição de emenda foi acostada aos autos logo em seguida, trazendo a documentação faltante, permitindo, assim, a análise da aplicabilidade do art. 52 da Lei 11.101/05.

Relatei. Decido.

Processamento da recuperação judicial

2. A petição inicial expôs as causas concretas da situação patrimonial das recuperandas e as razões da alegada crise econômico-financeira, estando, também, adequadamente instruída, razão pela qual reputo integralmente cumpridas as exigências do art. 51 da Lei 11.101/05.

No que diz respeito aos requisitos materiais previstos no art. 48 da citada lei, os documentos juntados aos autos comprovaram que as recuperandas mantidas no polo ativo da ação preenchem os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial.

Com efeito, restou documentalmente demonstrado que as requerentes: i) estão no exercício de suas atividades há mais de dois anos (p. 467, 577/578, 986, 1.438 e 1.439/1.440); ii) não sofreram processo de falência ou obtiveram recuperação judicial anterior (p. 437, 533, 707, 1.052 e 1.149); iii) não têm como sócio administrador pessoa condenada por crime falimentar (p. 166, 223 e 1.889).

Ademais, os relatórios de inspeção técnica trazidos aos autos pela empresa Real Brasil Consultoria, juntados às p. 1.279/1.307 e 1.700/1.719, confirmaram a informação de que o cenário econômico-financeiro das empresas recuperandas é coerente com o pedido de recuperação judicial, tendo em vista o grau de endividamento significativo e a falta de disponibilidade financeira para quitação das obrigações a curto prazo.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

Por outro lado, as demandantes que permaneceram no polo ativo da ação continuam exercendo sua atividade produtiva, não havendo nos autos elementos que indiquem de pronto a impossibilidade de superação da situação de crise econômico-financeira narrada na inicial, impondo-se, assim, o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.

Requerimentos de tutela de urgência ainda não analisados

3. Em sede de tutela provisória de urgência, as empresas recuperandas pediram a aplicação das seguintes medidas: i) suspensão da exigibilidade de todas as dívidas por si contraídas; ii) cancelamento dos apontamentos de protestos e negativações; iii) manutenção de bens essenciais às atividades na posse das devedoras, incluindo valores creditados em conta corrente.

A esse respeito, de se anotar, primeiramente, que o deferimento do processamento da recuperação judicial, por si só, não enseja a suspensão da exigibilidade de toda e qualquer dívida contraída pela empresa recuperanda.

O que ocorre é a suspensão do curso das ações e execuções propostas em face do devedor, nos exatos termos do art. 6º, *caput* e § 4º, da Lei 11.101/05. Contudo, essa providência (suspensão das ações e execuções) não significa que o direito material dos credores (direito creditório propriamente dito) tenha sido extinto.

Por tal razão, se as dívidas continuam existindo (e apenas as ações e execuções é que estão suspensas), não se pode impedir os credores de realizarem atos tendentes a interromper o prazo prescricional para a cobrança de seus créditos, e tampouco se pode aceitar, *a priori*, a retirada do nome da empresa em recuperação dos serviços de proteção ao crédito, já que tal medida configura expressão do exercício regular do direito dos credores.

Além disso, de se reconhecer que entendimento em sentido contrário implicaria ofensa ao princípio da transparência, impedindo o conhecimento da real situação econômico-financeira do devedor por terceiros.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

Nesse sentido, cito o Enunciado nº 54 da I Jornada de Direito Comercial do CJP, segundo o qual "o deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos".

Dessa forma, por não vislumbrar a presença de elementos capazes de ilidir o entendimento acima, e considerando que os apontamentos poderão ser cancelados após a aprovação do plano em assembleia (em razão da novação dos créditos, conforme art. 59 da Lei 11.101/05), de rigor o indeferimento dos pedidos de cancelamento dos protestos e negativações e de suspensão da exigibilidade de toda e qualquer dívida das devedoras.

Quanto ao pedido de manutenção de bens essenciais às atividades na posse das devedoras, destaco que a proibição de venda ou de retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial é medida que decorre automaticamente do deferimento do processamento da recuperação judicial, em consonância com o § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05, *in verbis*:

Art. 49. [...]

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifou-se)

Cumpre observar, no entanto, que, apesar de os credores descritos no citado dispositivo não se submeterem aos efeitos da recuperação judicial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem entendendo que o juízo universal é



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

competente para decidir acerca da essencialidade ou não de determinado bem à atividade da empresa recuperanda (CC 146.631/MG e AgRg no CC 126.894/SP).

Desse modo, no presente caso, em que as devedoras pugnam pela inserção de créditos bancários no conceito de bem essencial para os fins do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05 (p. 49/52), imperiosa se faz a análise do pleito não em sede de tutela provisória de urgência, mas a título de interpretação do alcance da norma em questão.

A conclusão, todavia, não favorece as devedoras. Senão veja-se.

Por óbvio que os valores existentes na conta corrente de qualquer empresa são indispensáveis à sua atividade. Todavia, os créditos bancários gravados por cessão fiduciária têm a natureza jurídica de propriedade fiduciária, não se sujeitando, por isso, aos efeitos da recuperação judicial.

Como consequência, os direitos do proprietário fiduciário não podem ser suspensos, já que a posse direta e indireta do bem (fungível) e a conservação da garantia são direitos assegurados ao credor fiduciário por lei e pelo contrato.

O STJ tem orientação firmada no sentido do que se expôs acima:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA. NÃO SUBMISSÃO AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. 1.- Conforme a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte o crédito garantido por cessão fiduciária não se submete ao processo de recuperação judicial, uma vez que possui a mesma natureza de propriedade fiduciária, podendo o credor valer-se da chamada trava bancária. 2.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1326851/MT, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 03/12/2013)

Por fim, não há falar em ofensa ao princípio da preservação da empresa, pois o objetivo da Lei 11.101/05 ao criar o mecanismo previsto no art. 49, § 3º, foi dar mais segurança ao crédito bancário no Brasil e tentar reduzir os juros



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

dessas operações (*spread*), o que, em última análise, revela o escopo de promover um ambiente propício ao desenvolvimento econômico, especialmente em casos em que a ausência de lastro patrimonial, em regra, impossibilitaria essa alternativa.

De se afastar, portanto, os créditos bancários garantidos por cessão fiduciária do conceito de bem essencial à atividade das recuperandas, sendo cogente, por consequência, o indeferimento do pedido de aplicação a tais bens da exceção contida na parte final do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05.

Dispositivo

4. Diante do exposto, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no art. 52 da Lei 11.101/05, e atenta ao princípio da preservação da empresa, defiro o processamento do pedido de recuperação judicial das empresas Mastter Moto Comércio de Veículos e Motos Ltda (sediada em Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ 08.980.495/0001-74), Mastter Comércio de Peças e Motocicletas Ltda (sediada em Ponta Porã/MS, inscrita no CNPJ 17.047.650/0001-95), Mastter Moto Comércio de Motocicletas Ltda (sediada em Coxim/MS, inscrita no CNPJ 05.262.608/0001-08), S R de Matos EPP (sediada em Coxim/MS, inscrita no CNPJ nº 08.664.204/0001-39) e Kirin Serviços Empresariais Ltda (sediada em Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ nº 13.550.163/0001-90).

5. Em consequência:

5.1. Nomeio como administradora judicial a empresa REAL BRASIL CONSULTORIA, inscrita no CNPJ nº 07.957.255/0001-96, com endereço na Rua General Odorico Quadros, nº 37, bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande/MS, telefone (67) 3026-6567, e-mail contato@realbrasilconsultoria.com.br, que fica dispensada da assinatura de novo termo de compromisso, diante o atendimento dessa exigência à p. 1.227.

5.2. Determino à administradora judicial que:

5.2.1. Observe fielmente as obrigações previstas nos incisos I e II do art. 22 da Lei 11.101/05;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

5.2.2. Apresente, nos presentes autos, sua proposta de honorários, no prazo de 5 (cinco) dias;

5.2.3. Por questão de organização do pedido de recuperação judicial, protocole o primeiro relatório mensal das atividades do devedor (art. 22, II, "c", da Lei 11.101/05) como incidente à recuperação judicial, não devendo ser juntado aos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado;

5.2.4. Com base nas informações e documentos colhidos na forma do *caput* e do § 1º do art. 7º da Lei 11.101/05, faça publicar edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do fim do prazo do já mencionado § 1º do art. 7º, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º da lei de regência terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

5.3. Determino às empresas recuperandas que:

5.3.1. Em todos os atos, contratos e documentos firmados, acresçam, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial" (art. 52, II, parte final, da Lei 11.101/05);

5.3.2. Disponibilizem à escritania, para publicação em órgão oficial, a minuta do edital a que se refere o art. 52, § 1º, da Lei 11.101/05, providenciando, também, a publicação em jornal de grande circulação (art. 191), tudo no prazo de 15 dias;

5.3.3. Apresentem contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da Lei 11.101/05), sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser cadastrado como incidente à recuperação judicial, ao invés de ser juntado nos presentes autos, devendo os demonstrativos mensais subsequentes ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

5.3.4. Apresentem o plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente decisão, sob pena de convalidação em falência (art. 53 da Lei 11.101/05).

5.4. Determino à escrivania judicial que:

5.4.1. Intime a administradora judicial da nomeação contida no item "5.1";

5.4.2. Apresentada a proposta a que se refere o item "5.2.2", intime as devedoras para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias;

5.4.3. Oficie à Junta Comercial dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Rondônia para que promovam a anotação da recuperação judicial das empresas recuperandas no registro respectivo (art. 52, II, parte final, da Lei 11.101/05);

5.4.4. Intime o Ministério Público e comunique por carta as Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que as devedoras tiverem estabelecimento (art. 52, V, da Lei 11.101/05), a saber: Estados de Mato Grosso do Sul e de Rondônia; Municípios de Coxim/MS, Sonora/MS, Costa Rica/MS, São Gabriel do Oeste/MS, Ponta Porã/MS, Porto Velho/RO.

5.4.5. Cumprida a determinação do item "5.3.2.", certifique se a minuta trazida pelas recuperandas contém as exigências do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/05, publicando-a no órgão oficial, se estiver correta. Caso contrário, se constatada alguma omissão, deverá a scrivania intimar as recuperandas para suprirem a falta, em 5 (cinco) dias.

5.4.6. Observe o contido dos parágrafos únicos dos arts. 8º e 13 da Lei 11.101/05, cadastrando eventuais impugnações à relação de credores apresentada pela administradora judicial como incidente processual.

5.5. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para contratação com o



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 52, II, da Lei 11.101/05).

5.6. Determino, com fundamento no art. 52, III, da Lei 11.101/05 a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º, e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49, observando-se, nesse particular, o seguinte:

5.6.1. O prazo de suspensão é contado do dia da publicação desta decisão;

5.6.2. Caberá às devedoras comunicar a suspensão das ações ou execuções aos juízos competentes;

5.6.3. A suspensão ora tratada não se estende aos coobrigados do devedor, a exemplo do sócio avalista (art. 49, § 1º, da Lei 11.101/05; Enunciado 43 da I Jornada de Direito Comercial do CJF; Súmula 581 do STJ);

5.6.4. Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão ora versado, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, exceção que não abrange os créditos bancários gravados por cessão fiduciária, nos termos da fundamentação contida no item "3" desta decisão.

5.7. Os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital previsto no art. 52, § 1º, da Lei 11.101/05 (item "5.4.5"), para apresentar diretamente à administradora judicial suas habilitações ou suas



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
2ª Vara

divergências quanto aos créditos relacionados, sendo que, quanto aos créditos trabalhistas, se faz necessária a existência de sentença líquida e exigível (transitada em julgado), competindo ao juiz da causa eventual fixação do valor a ser reservado (art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/05).

6. Indefiro os pedidos de tutela de urgência para suspender a exigibilidade de toda e qualquer dívida contraída pelas devedoras e para cancelar dos apontamentos de protestos e negativações, nos termos da fundamentação contida no item "3" desta decisão.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 24 de março de 2017.

Helena Alice Machado Coelho
Juiz(a) de Direito

Arquivo

Editar

Exibir

Ir

Mensagem

Eventos e tarefas

Ferramentas

Ajuda

Entrada

Receber mensagens

Escrever

Bate-papo

Catálogo

Tags

Filtro rápido

Pesquisa <Ctrl+K>

Responder

Re: Todos

Encaminhar

Arquivar

Spam

Excluir

Mais

10:19

De LANDER <lander.matos@grupomaster.com.br>

Assunto Fwd: Recuperação Judicial - Licitação

Para supervisor.pvh@mastermoto.com.br Mim

Data Thu, 22 Aug 2019 10:19:27 -0400

ID da mensagem <3a84b214-3c50-3148-9cb-9a6517130213@grupomaster.com.br>

Em resposta a <026601d548b3518908d10549b1a7305@alvesathaide.com.br>

Referências <026601d548b3518908d10549b1a7305@alvesathaide.com.br>

Bom dia,

Juntos com os documentos solicitados no edital, devem apresentar mais esse anexo, pois as empresas em RECUPERAÇÃO JUDICIAL DISPENSAM A

APRESENTAÇÃO DE CND,

atenciosamente,

Lander Matos

..... Mensagem encaminhada

Assunto:Recuperação Judicial - Licitação

Data:Thu, 1 Aug 2019 17:50:09 -0400

De:Silvia@alvesathaide.com.br

Para:Edimara Ramirez <edimara.pr@icloud.com> 'Lander Matos' <lander.matos@grupomaster.com.br>

Boa tarde Edimara...

A lei 11.101/2005 não dispensa a empresa em RJ de apresentar certidão negativas para contratação com o Poder Público:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

II – determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 desta Lei;

No entanto, a jurisprudência dominante e o STJ tem o entendimento contrário, que encaminhei em anexo para te auxiliar no documento que precisa elaborar.

Att.

ALVES ATHAIDE

Advogados Associados.

Silvia Beatriz Lourenço dos Santos

Advogada

OAB/MT 10.819

+55 66 9 9653-7097

1 anexo: STJ - JULGADO - Empresa em recuperação judicial pode participar de licitação.pdf 82,8KB

STJ - JULGADO - Empresa em recuperação judicial pode participar de licitação.pdf 82,8KB

Salvar

Painel hoje

10:52

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 309.867 - ES (2013/0064947-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : IZAIAS BABILONE E OUTRO(S) - ES010671
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE VITÓRIA
PROCURADOR : RUBEM FRANCISCO DE JESUS E OUTRO(S) - ES006440

EMENTA

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALENCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgrReg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos

interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

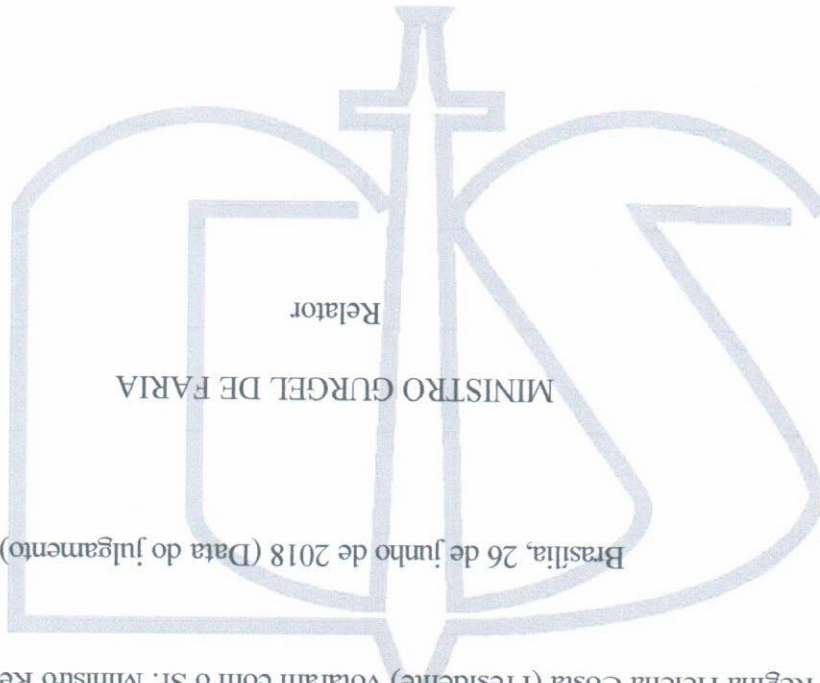
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de junho de 2018 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator



AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 309.867 - ES (2013/0064947-3)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Trata-se de agravo interposto pela TRACOMAL TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA. contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 349/350):

DIREITO ADMINISTRATIVO E FALIMENTAR. APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREVISÃO LEGAL E EDITALÍCIA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. INABILITAÇÃO DO CANDIDATO. RECURSO IMPROVIDO.

1) No procedimento licitatório, a fase de habilitação econômico-financeira tem por finalidade arrecadar dados que façam presumir que o licitante tem capacidade para satisfazer os encargos econômicos decorrentes do contrato. 2) Os documentos exigidos pelo art. 31 da lei nº 8.666/93, bem como pelo instrumento convocatório, devem ser devidamente atendidos pelos licitantes, haja vista que a Administração Pública, ao realizar o certame, deve estabelecer exigências que garantam que o vencedor terá condições econômicas para suportar os gastos - às vezes, bem elevados - do objeto do futuro contrato administrativo.

3) Tratando-se de obras de grande expressão econômica e responsabilidade técnica, legitima-se a exigência inserida no Edital Convocatório para apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, pois a contratação de empresa nessas condições jurídicas, que atravessam graves dificuldades econômico-financeiras, poderá colocar em risco o cumprimento das obrigações.

4) O inciso II do art. 31 da Lei de Licitações deve ser interpretado de forma a contemplar também os casos de recuperação judicial, haja vista que tal instituto, assim como a antiga concordata, tem por fim conceder benefícios àquelas empresas que, embora não estejam formalmente falidas, atravessam graves dificuldades econômicas, colocando em risco o empreendimento empresarial.

5) Recurso improvido.

Embargos de declaração desprovidos (e-STJ fls. 373/380).

No especial obstaculizado, a ora agravante, além de divergência jurisprudencial, apontou violação dos arts. 31, II, da Lei n. 8.666/1993, 47 e 52, II, da Lei n. 11.101/2005, 2º, § 1º, do Decreto-Lei n. 4.657/1942 e 535, II, do CPC/1973.

Allegou que inexiste previsão legal que condicione a participação em licitações à apresentação de certidão negativa de recuperação judicial e que a lei exige apenas a apresentação de certidão negativa de falência e concordata.

Defendeu não ser possível a interpretação extensiva do art. 31, II, da Lei de Licitações para abranjer as empresas em recuperação judicial e que o referido dispositivo teria sido derogado pelo art. 52, II, da Lei de Falências, o qual prevê expressamente a possibilidade de essas empresas contratarem com o Poder Público.

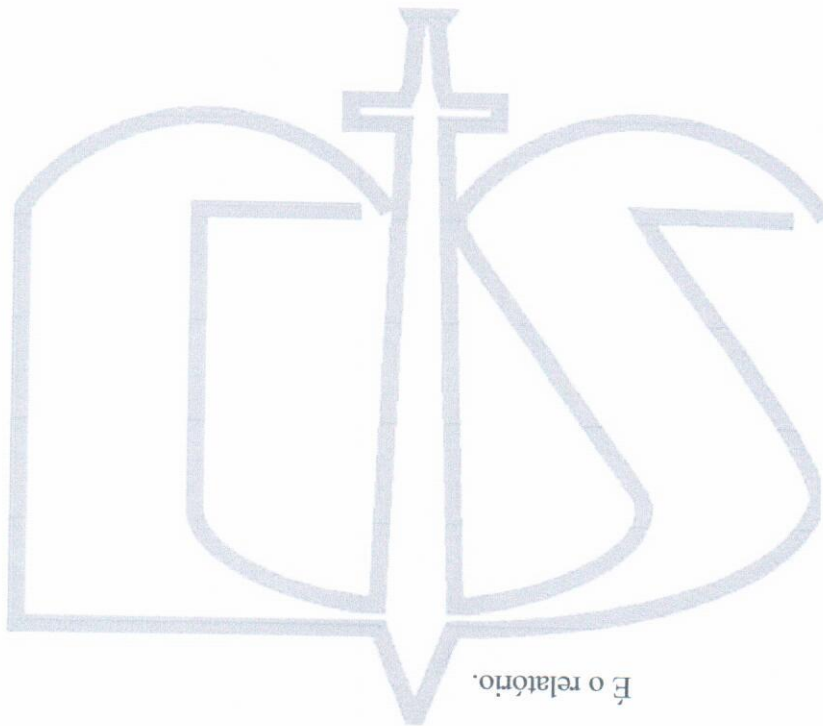
Por fim, sustentou que a incapacidade econômica-financeira da empresa não pode ser presumida pelo fato de estar submetida a plano de recuperação (e-STJ fls. 384/413).

Depois de contra-arrazado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 426/440), o que ensejou a interposição do presente agravo (e-STJ fls. 443/472).

Contraminuta foi apresentada às e-STJ fls. 475/477.

Parecer ministerial às e-STJ fls. 488/492.

É o relatório.



AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 309.867 - ES (2013/0064947-3)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Considerado isso, o recurso deve ser conhecido, pois a matéria é unicamente de direito e encontra-se devidamente prequestionada.

Trata-se, na origem, de mandado de segurança impetrado contra ato coator que decidiu pela impossibilidade de empresa de participar de procedimentos licitatórios, sob o fundamento de que ela se encontra em recuperação judicial.

In casu, a ora agravante consignou, em suas razões, que teve o plano recuperatório aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo Juízo da Vara de Falências e Concordata de Vitória/ES e que a obrigação vem sendo rigorosamente cumprida, ressaltando que o juízo universal expede mensalmente certidão para atestar a plena capacidade econômico-financeira da recuperanda (e-STJ fls. 405/406).

Não obstante, a Corte estadual denegou a ordem pleiteada, com fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ fls. 353/355):

No caso, as concorrências n. 018/10 e nº 024/10 objetivam a contratação de empresa para execução das obras e serviços de implantação e melhorias do sistema de drenagem urbana do bairro Jardim Camburi, e a implantação de galeria de águas pluviais Bacia Cándido Portinari na Rua José Cassiano e Manoel Pinheiro, em Vitória.

A evidência, tratando-se de obras de grande expressão econômica e responsabilidade técnica, legitima-se a exigência inserida no item 3.6.1.3 a dos Editais Convocatórios, pois a contratação de empresa em recuperação judicial, ou seja, que atravessa graves dificuldades econômico-financeiras, poderá colocar em risco o cumprimento das obrigações.

(...)

Para finalizar, ressalte-se que não merece prosperar a alegação de que o inciso II do art. 31 da Lei de Licitações não abarca os casos de recuperação judicial, pois tal instituto, assim como a antiga concordata, tem por fim conceder benefícios a aquelas empresas que, embora não estejam formalmente falidas, atravessam graves dificuldades econômicas, colocando em risco o empreendimento empresarial.

Ademais, não há que se falar em derrogação tácita do referido dispositivo pelo inciso II do art. 52 da Lei 11.101/05, na medida em que tal matéria não restou especificamente regulamentada pela norma posterior, sendo legal a exigência da certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial.

A controvérsia gira em torno da possibilidade de empresa em recuperação judicial participar de licitações, ante a exigência de apresentação de certidão

negativa, nos termos do art. 31, II, da Lei n. 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira
limitar-se-á a:
(...)
II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da
sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da
pessoa física;

Como pontuado no julgamento do AgRg na MC 23.499/RS, cujo acórdão
foi relatado pelo em. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, esta Corte Superior de Justiça
não possui posicionamento específico quanto ao tema.

Nesse ponto, conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura
da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n.
8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi
derogado, conforme consignado no acórdão recorrido, daí surgindo a discussão sobre o assunto.

Há, na doutrina, quem entenda que os efeitos da concordata sobre a
contratação administrativa devem ser aplicados à recuperação judicial, porquanto haveria a
presunção de insolvência da empresa em crise. Desse modo, empresas em procedimento
recuperatório não poderiam participar de certames públicos. Nesse sentido, é a lição de Margal
Justen Filho (*in* "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 16ª Edição, São
Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014; pag. 638).

Em sentido diverso, existe corrente doutrinária, à qual me alinho, no
sentido de que, se a Lei de Licitações não foi alterada para substituir certidão negativa de
concordata por certidão negativa de recuperação judicial, não poderia a Administração passar a
exigir tal documento como condição de habilitação, haja vista a ausência de autorização
legislativa (NIEBUHR, Joel de Menezes *in* "Licitação Pública e Contrato Administrativo", 4ª
Edição, Belo Horizonte: Fórum, 2015; pag. 447). Assim, as empresas submetidas à recuperação
judicial estariam dispensadas da apresentação da referida certidão.

Vale lembrar que norma restritiva, como é o caso do art. 31 da Lei n.
8.666/1993, não admite interpretação que amplie o seu sentido, de modo que, à luz do princípio da
legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de
direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel.
Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

Entendo, portanto, inviável a automática inabilitação de empresas em
recuperação judicial unicamente pela não apresentação de certidão negativa, principalmente
considerando que a Lei n. 11.101, de 09/02/2005, em seu art. 52, I, prevê a possibilidade de elas
contratarem com o Poder Público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em
licitação.

Ultrapassado esse ponto, há de se ter em mente que a licitação pública
se norteia, entre outros princípios, pelo da indisponibilidade do interesse público, segundo o qual a
Administração Pública deve sempre zelar pelos interesses da coletividade, dos quais não pode
dispor em detrimento de interesses privados.

Também não se deve olvidar a exigência contida no art. 27, III, da Lei n. 8.666/1993 de demonstração da qualificação econômico-financeira como condicionante para a participação no certame.

De outro lado, o escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Diferentemente da concordata, cujo objetivo precípuo era o de assegurar a proteção dos credores e a recuperação de seus créditos, a nova lei falimentar busca a proteção da empresa que se encontre em dificuldades econômicas.

Como bem observa Celso Marcelo de Oliveira, "a preocupação com o papel social que a empresa exerce na sociedade é a base que justifica todos os esforços no sentido de dar à empresa uma oportunidade de recuperação" (*in* "Comentários à nova Lei de Falências", São Paulo: Ed. IOB Thomson, 2005; pag. 224).

A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada entre os princípios nela imbuídos, pois a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

Com efeito, penso que negar à pessoa jurídica em crise econômico-financeira o direito de participar de licitações públicas, única e exclusivamente pela ausência de entrega da certidão negativa de recuperação judicial, vai de encontro ao sentido atribuído pelo legislador ao instituto recuperacional.

É necessário que se adotem providências a fim de avaliar se a empresa recuperanda participante do certame, caso seja vencedora, tem condições de suportar os custos da execução do contrato. Significa dizer, é preciso aferir se a empresa sujeita ao regime da Lei n. 11.101/2005 possui aptidão econômica e financeira.

Dai se infere que a dispensa de apresentação de certidão negativa não exige a empresa em recuperação judicial de comprovar a sua capacidade econômica para poder participar da licitação.

Sobre o tema, a Advocacia Geral da União já se manifestou em sentido favorável à participação, por meio do Parecer n. 45/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual ponderou que as fases do processamento da recuperação judicial ocasionam situações processuais distintas: na fase postulatória, a empresa faz o pedido ao juízo falimentar, que pode deferir-lo ou não; já na fase deliberativa, o juiz defere a recuperação judicial, após a aprovação do plano submetido à assembleia geral de credores, ou ausência de objeção a ele.

Na primeira fase, a empresa requerente confessa seu estado de insolvência sem, contudo, comprovar a aptidão econômico-financeira, a qual apenas se dará com

a aprovação e a homologação do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei n. 11.101/2005.

Assim, como bem pontuou a AGU em seu respeitável parecer, a apresentação de certidão positiva de recuperação não implica a imediata inabilitação, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação diligenciar a fim de avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira da empresa licitante.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, embora não esteja consolidada, vem se orientando no sentido de viabilizar procedimentos que auxiliem a pessoa jurídica em processo de recuperação judicial, conforme decidido no já mencionado AgrReg na MC 23.499/RS, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR. LIMINAR DEFERIDA PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL ADMITIDO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. NECESSIDADE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APRESENTAR CERTIDÃO PREVISTA NO ART. 31, II, DA LEI 8.666/93. QUESTÃO INÉDITA. ATIVIDADE EMPRESARIAL. RENDA TOTALMENTE OBTIDA POR CONTRATOS COM ENTES PÚBLICOS. PERICULUM IN MORA INVERSO EVIDENCIADO. QUESTÃO INÉDITA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DO DEFERIMENTO DA MEDIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. LIMINAR CASSADA. EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a concessão de provimento liminar em medidas cautelares reclama a satisfação cumulativa dos requisitos do *funus boni iuris* e do *periculum in mora*. O primeiro consubstancia-se no fato de o direito alegado no recurso ser plausível e encontrar amparo em entendimentos deste Superior Tribunal e o segundo remonta-se à possibilidade de perecimento do direito caso a medida não seja deferida.

2. O Tribunal de origem exarou decisão no sentido de permitir que a agravante, pessoa jurídica em recuperação judicial, continuasse a participar de licitações públicas, "sem apresentação da certidão negativa de recuperação judicial" salientando, para tanto, que essa "possui todas as certidões negativas insitas no art. 31 da Lei n° 8.666/93, sendo certo que, por estar em recuperação judicial, não seria capaz de apresentar apenas a certidão negativa de falência ou concordata."

3. Quanto ao *funus boni iuris* - possibilidade de empresa em recuperação judicial ser dispensada de apresentação da certidão insita no inciso II, do art. 31, da Lei n° 8.666/93, considerando os fins do instituto elencados no art. 47 da Lei n° 11.101/2005 - para fins de participação em certames, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça não possui posicionamento específico quanto ao tema.

4. Nos fatos que contam como parte pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, a jurisprudência do STJ tem-se orientado no sentido de se viabilizar procedimentos aptos a auxiliar a empresa nessa fase. A propósito, cita-se o REsp 1187404/MT - feito no qual foi relativizada a obrigatoriedade de apresentação de documentos, por parte de empresas sujeitas à Lei n° 11.101/2005, para fins obtenção de parcelamento tributário. Restou consignado que: "em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 11/10/2005, Segunda Turma, DJP 11/10/2005, p. 125, e DJP 11/10/2005, p. 126).

5. O fato de o pleito deduzido no especial não encontrar amparo em qualquer precedente desta Corte, somando à tese adotada, em situações similares, no sentido de relativizar as exigências documentais, previstas em lei, para que empresas em recuperação judicial possam lograr êxito em seu plano recuperatório, afastam, da espécie, o *funus boni iuris*.

6. Não resta evidenciada a alegação de ser o provimento assegurado pela instância *a quo* genérico com efeito *erga omnes*. O Tribunal *a quo* não autorizou a recorrida a participar sumariamente de toda e qualquer licitação sem apresentação de quaisquer documentos previstos na lei de regência. Afastou a apresentação de uma certidão: a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7. O *periculum in mora* não foi demonstrado, pois o agravado não foi capaz de demonstrar o periculum de seu direito. Aliás, ao contrário, visualiza-se na espécie, possível ocorrência de periculum in mora inverso, pois, tendo a agravante focado sua atividade empresarial em contratos com os entes públicos, constituindo-se em 100 % de sua fonte de receitas, a subsistência da eliminar em tela poderá comprometer a sua existência.

8. Agravo regimental provido, cassando a liminar anteriormente deferida e julgando extinta, sem julgamento de mérito, a presente Medida Cautelar. (AgrReg na MC 23.499/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 18/12/2014, DJe 19/12/2014) (Gritos acrescidos).

Dessa forma, seguindo a tendência do que vem sendo decidido por esta Corte, concluo que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua capacidade econômica.

Por fim, considerando o decurso do tempo, observo que caberá ao juízo da execução verificar o andamento do procedimento licitatório para dar efetividade ao provimento jurisdicional ora reconhecido.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para reconhecer o direito de a empresa recuperanda participar do certame, afastando a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial como condição para sua habilitação.

E como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2013/0064947-3 PROCESSO ELETRÔNICO AResp 309.867 / ES

Números Origem: 024110042009 02411004200920120094 24080453889

PAUTA: 26/06/2018

JULGADO: 26/06/2018

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **REGINA HELENA COSTA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO**

Secretaria

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA -

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADO : IZAÍAS BABILONE E OUTRO(S) - ES010671

AGRAVADO : MUNICÍPIO DE VITÓRIA

PROCURADOR : RUBEM FRANCISCO DE JESUS E OUTRO(S) - ES006440

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Licitações

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia **PRIMEIRA TURMA**, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.
Os Srs. Ministros **Napoleão Nunes Maia Filho**, **Benedito Gonçalves**, **Sérgio Kukina** e **Regina Helena Costa** (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

EMIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA ONLINE



ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO Ações cíveis e criminais (2º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo o seu banco de dados, **NÃO CONSTA** registro de processos cíveis e criminais em nome de **MASTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA, CNPJ nº 08980495000174**, até a presente data, no âmbito do 2º grau de Jurisdição desta Corte.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais do 2º Grau/2009, Capítulo II, Seção XV, Artigo 69 e no Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
- b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
- c) a informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
- e) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (<http://www.tjro.jus.br/certidaoonline>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: DTR4-DQ2L-GKDS-URIW**;
- f) válida por **30 (trinta) dias**;
- g) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 26/08/2019 16:18:30 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)

Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet

Imprimir Certidão

Nova Consulta

EMIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA ONLINE



ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO **Ações de falência, concordata, recuperação judicial** **e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)**

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **MASTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA, CNPJ nº 08980495000174, NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
- b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
- c) a informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
- e) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (<http://www.tjro.jus.br/certidaoonline>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: Q6Y4-8A44-7HHP-NYFY** ;
- f) válida por **30 (trinta) dias**;
- g) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 26/08/2019 16:16:33 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)

Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet

Imprimir Certidão

Nova Consulta

EMIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA ONLINE



ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO Ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **MASTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA, CNPJ nº 08980495000174, NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
- b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
- c) a informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
- e) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (<http://www.tjro.jus.br/certidaoonline>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: Q6Y4-8A44-7HHP-NYFY** ;
- f) válida por **30 (trinta) dias**;
- g) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 26/08/2019 16:16:33 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)

Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet

Imprimir Certidão

Nova Consulta

2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

"O Cartório que acompanha você em todos os momentos da sua vida"

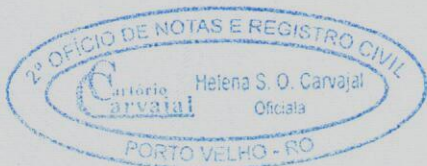
Helena Soares Oliveira Carvajal

Tabeliã e Oficiala

Livro nº.: 0812-P

Folhas nº: 175

Protocolo: 00132300



PROCURAÇÃO que nestas Notas faz:
MASTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, na declarada forma abaixo:

S/A/I/B/A/M quantos este público instrumento de procuração virem que, **aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (17/04/2019)**, nesta cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, perante mim, compareceu como Outorgante, **MASTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na Avenida Amazonas, 3650, Agenor Martins de Carvalho, devidamente inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **08.980.495/0001-74**, e registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia, sob o NIRE nº **11 2 0047377 7**, aos **06/08/2007**, sendo neste ato, nos termos da cláusula **14ª** da Décima Segunda Alteração contratual consolidada e registrado sob nº **11900166508**, aos **19/11/2013**, e Certidão Específica emitida pela JUCER, aos **11/04/2019**, que ficam arquivados nesta Serventia sob o nº **88/2014**, representada por seu sócio, **SIDNEI RODRIGUES DE MATOS**, brasileiro, casado, empresário, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº **648187 SSP/MT**, CPF/MF sob nº **411.414.071-91**, residente e domiciliado na Avenida Rio Madeira, 1881, apartamento 402, edifício aquarelle, nesta capital, reconhecida como a própria por mim, pelos documentos apresentados, do que dou fé. E, por este instrumento público, na forma aqui representada, nomeia e constitui seus bastante procuradores, **EDMILSON CESAR DE OLIVEIRA MATTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº **13137794 SSP/MT**, CPF/MF sob nº **698.691.701-53**, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, 6035, bloco c, apartamento 303, Condomínio Paris, Rio Madeira, Porto Velho, Rondônia; e/ou **LANDER ADRIEN VIEIRA DE MATOS OLIVEIRA**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº **14357364 SSP/MT**, CPF/MF sob nº **951.359.951-53**, residente e domiciliado na Rua Militão Dias de Oliveira, 1194, Agenor Martins de Carvalho, Porto Velho, Rondônia; a quem outorga poderes para representá-la junto as repartições públicas Municipais, Estaduais, Federais, Autarquias, Empresas de Economia Mista, Fundações, Suframa,

2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

"O Cartório que acompanha você em todos os momentos da sua vida"

Helena Soares Oliveira Carvajal

Tableiã e Oficiala

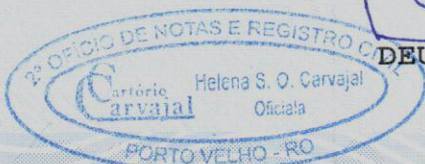
Livro nº.: 0812-P

Folhas nº: 176

Protocolo: 00132300

mercadorias ligadas ao ramo de negócio da **EMPRESA OUTORGANTE**, firmando prazos, condições de pagamentos, duplitas, formalizar pedidos de mercadorias, bem como ainda vender ou prestar serviços em nome da outorgante; podendo ainda, vender, transferir, veículos de propriedade da empresa outorgante, podendo para tanto, apresentar provas e documentos, representá-lo perante o **DETRAN, Cartório Extrajudicial, CIRETRAN, SEMTRAN, PREFEITURAS, DELEGACIAS DE POLÍCIA E DA RECEITA FEDERAL** e onde mais se fizer necessário, requerendo, declarando, promovendo, assinar recibos, solicitar certidões negativas de multas, roubos e furtos, cópias de prontuários, cumprir exigências, formalidade, promover a regularização de toda a documentação do veículo, requerer busca e apreensão do veículo, pagar impostos, taxas, IPVA, dar e receber quitação, retirar o veículo em caso de apreensão, retirar o veículo do pátio do DETRAN, assinar o documento de transferência do veículo (DUT), requerimentos, cancelamento de multas, 2ª Via do DUT, representá-la, ainda, perante a Justiça, com os poderes das Cláusulas "**Ad-Judicia**" e "**Et Extra**", constituindo advogado para propor ou defender direitos e interesses da outorgante, em qualquer Foro, Instância ou Tribunal, em juízo ou fora dele, quer como autora, ré, oponente ou mandante, receber citação inicial, transigir, desistir, receber, dar quitação e confessar, **não permitindo assinar por Aval e não contrair dívidas em nome da empresa outorgante**, enfim, praticar todos os atos imprescindíveis ao cabal e fiel cumprimento do presente mandato, **que terá validade de 02 (dois) anos, a contar desta data. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO.** Assim o disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento que foi lido, aceito e assinado nesta serventia. Custas: R\$ 21,01, Emolumentos: R\$ 105,05, Selo: 1,08, FUNDEP: 7,88, FUNDIMPER: 7,88, FUMORPGE: 7,88, Total: R\$ 150,78. Recibo nº00042302-17/04/2019. (aa) **SIDNEI RODRIGUES DE MATOS e DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA**. Era o que se continha. Trasladada na mesma data. Dá fé. Eu, , **ESCREVENTE AUTORIZADA**, mandei digitar, subscrevo e assino em público e raso. - - - - -

Em Testemunho da verdade.



DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA

ESPAÇOS
EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
EDMILSON CEZAR DE OLIVEIRA MATOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
13137794 SSP MT

CPF
698.691.701-53

DATA NASCIMENTO
28/09/1982

FILIAÇÃO
MAURO RODRIGUES DE
MATOS
ZEILA DE OLIVEIRA
MATOS

PERMISSÃO
ACC
CALHAB
AB

Nº REGISTRO
01504612005

VALIDADE
18/10/2020

1ª HABILITAÇÃO
20/12/2000

1168882230

SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO VELHO, RO

DATA EMISSÃO
20/10/2015

12400454047
R0702007999

3 Ofício de Registro Civil e Tabelião de Notas

Selo Digital de Fiscalização - A3ADK27055-C66DB

Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé. 0208 * G17TRXLE-386156-10*
Porto Velho-RO, 28 de julho de 2017
Em Teste da Verdade

Rutilene de Jesus Garcia Pavão - Escrevente

Emolumentos: R\$2,49, Fuju: R\$0,50, Selo: R\$1,02, Fundep: R\$0,19,
Fundimper: R\$0,19, Fumorpge: R\$0,19, Total = R\$4,58

José Gentil da Silva
Tabelião

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS E/OU SEM RATURAS E COM SELLO DE AUTENTICIDADE

ESPAÇOS
EM BRANCO

ESPAÇOS
EM BRANCO

IDENTIFICAÇÃO

C.P.F./C.N.P.J:	08.980.495/0001-74	Inscrição Estadual:	00000001690663
Nire:	11200473777	Licença Bombeiros:	
Insc.Municipal(ISS):	14228665	Insc. Imobiliária :	
Nr. Alvara Municipal:		Lic. Ambiental Est.:	
Lic. Vigilância Sanit.:		Lic. Ambiental Munc.:	
Razão Social:	MASTTER MOTO COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS LTDA " EM RECUPERACAO JUDICI		
Nome Fantasia:	MASTTER MOTO		
Utilização do Estabelecimento:	06 - OUTRAS		

ENDEREÇO DA EMPRESA

Endereço:	AVENIDA -AMAZONAS		
Complemento:			
Bairro:	AGENOR MARTINS DE CARVALH	Número:	3650
Município:	PORTO VELHO	CEP:	76820404
UF:	RO		

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Endereço:	AVENIDA AMAZONAS 3650		
Bairro:	AGENOR MARTINS DE CARVALH		
Município:	PORTO VELHO	Distrito:	
Telefone:		UF:	RO
Fax:		CEP:	76820404
E-mail:			

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Regime de Pagamento:	001-REGIME NORMAL		
Situação Cadastral Vigente:	HABILITADO	Data:	19/11/2018
Situação do Contribuinte:	ATIVO		
Data Início Atividade:	14/08/2007		
Código da Atividade Principal:	4541203		
Descrição da Atividade:	COMERCIO A VAREJO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS NOVAS		
Usuário de PED ?:	Sim - Livros fiscais e Documentos fiscais		
Regime de Apuração do ICMS:			
Situação da NFe:	ATIVO		

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

4520005	SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES
4520007	SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
4781400	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS
7490104	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS
8230001	SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS
8299799	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NAOESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4541206	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA MOTOCICLETAS E MO

CONTADOR OU ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

C.P.F / C.N.P.J	698.209.702-10	Nr. CRC:	RO00726501
Nome/Razão Social:	VILMA MARICA COSME DA SILVA		

ENDEREÇO DO CONTADOR

Endereço:	MAMORE		
Bairro:	MOCAMBO	CEP:	76804276
Município:		UF:	RO
Telefone:		Fax:	
E-mail			

Código do Regime

Regime Especial	
06	T. DE ACORDO - IN 007/07 - RED MVA -PEÇAS-CONC. VEIC AUTOMOTOR
15	T.A -RBC. VEÍC. AUTMOT. IN 06/08 (T-XXIV PARTE 2, ANEXO II DEC. 22.721